



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM ALAGOAS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

MACEIÓ/AL, MARÇO/2012



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM ALAGOAS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, da Decisão Normativa TCU nº 117/2011, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 2546/2010).

MACEIÓ/AL, MARÇO/2012

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

UJ – Unidade Jurisdicionada
RG – Relatório de gestão
IN – Instruo Normativa
DN – Decisão Normativa
TCU – Tribunal de Contas da União
CGU – Controladoria-Geral da União
SPU – Secretaria do Patrimnio da União
Port. – Portaria
UJ – Unidade Jurisdicionada
DPF - Departamento de Polícia Federal
SR/DPF/AL - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Alagoas
IPL – Inquérito Policial
MPF – Ministério Público Federal
COGER – Corregedoria Geral da Polícia Federal
PI – Pedidos de Inteligência de órgãos de Inteligência integrantes do SISBIN
SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência
PM/AL – Polícia Militar de Alagoas
SEDS – Secretaria de Estado de Defesa Social
PRF – Polícia Rodoviária Federal
CPAL – Capitania dos Portos de Alagoas
59BIMtz – 59 Batalhão de Infantaria Motorizado
DNS – Domain Name System (Sistema de Nomes de Domínios);
DHCP – Dynamic Host Configuration Protocol (Protocolo de configurao de host dinâmico);
IIS – Internet Information Services (anteriormente denominado Internet Information Server);
CINTEPOL – Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica;
STI – Sistema de Tráfego Internacional;
SINPA – Sistema Nacional de Passaporte;
SISCART – Sistema Cartorrio;
SIGEPOL – Sistema de Gerenciamento Policial;
INTRANET – rede de computadores privada que assenta sobre a suite de protocolos da Internet;
INTERNET – conglomerado de redes em escala mundial de milhões de computadores interligados;
INTEGRAPOL – sistema multi organizacional de comunicao digital que oferece comunicao digital segura para voz e dados;
TI – Tecnologia da Informao
CTI – Coordenao de Tecnologia da Informao
AFIS – Sistema Automatizado de Impressões Digitais
SINIC – Sistema Nacional de Informaes Criminais
SINARM – Sistema Nacional de Armas
COF – Coordenao de Orçamento e Finanças do DPF

SUMÁRIO

ORGANOGRAMA FUNCIONAL	7
INTRODUÇÃO	9
PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010 –	14
CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	14
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 – CONTEÚDO GERAL.....	15
1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	15
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 – PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE	16
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	16
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	18
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ.....	19
2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	19
2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	21
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO.....	30
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	30
2.4.2 Programação de Despesas Correntes	30
2.4.3 Programação de Despesas de Capital	30
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	31
2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	32
2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	33
2.4.7 Indicadores Institucionais.....	34
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	35
3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	35
3.2 ANÁLISE CRÍTICA	35
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	36
4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	36
4.2 ANÁLISE CRÍTICA	36
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010– RECURSOS HUMANOS.....	37
5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	37
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada	37
5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada.....	37
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada	38
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade.....	38
5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade	38
5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS.....	39
5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria.....	39
5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada	39
5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	39
5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	40
5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA	41
5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão	41
5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.....	41
5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade	41
5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	42
5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	42
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 – TRANSFERÊNCIAS.....	43
6.1 INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO.....	43
6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011	43
6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.....	43

6.1.3	Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigoram no exercício de 2012 e seguintes	44
6.2	INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE	44
6.3	ANÁLISE CRÍTICA	44
7.	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	45
7.1	DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	45
8.	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 – ENTREGA E TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.	46
8.1	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93.....	46
8.2	ANÁLISE CRÍTICA	47
9.	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 – CONTROLE INTERNO.	48
9.1	ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	48
10.	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.	50
10.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	50
11.	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	52
11.1	GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	52
12.	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.	53
12.1	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	53
13.	PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 – UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO.	54
13.1	DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	54
13.1.1	Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício	54
13.1.2	Utilização dos cartões de crédito corporativos da unidade.....	54
14.	PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010- RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.	55
14.1	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ	55
14.2	VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA.....	55
14.3	CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOA JURÍDICA E FÍSICA	55
14.4	BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA TRIBUTÁRIA - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICA.....	55
14.5	PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS FINANCIADOS COM CONTRAPARTIDA DE RENÚNCIA DE RECEITA TRIBUTÁRIA.....	55
14.6	PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS.....	55
14.7	COMUNICAÇÕES À RFB	55
14.8	INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS	56
14.9	DECLARAÇÃO	56
14.10	FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA RFB	56
15.	PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU.....	57
15.1	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	57
15.2	DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	57
15.3	RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	58
15.4	RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	59
16.	PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 – TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.	60
16.1	RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	60
16.2	RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA PENDENTES DE ATENDIMENTO	60
PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 –	61	
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	61	
17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	62	
17.1	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	62
18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	63	
18.1	ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA.....	63

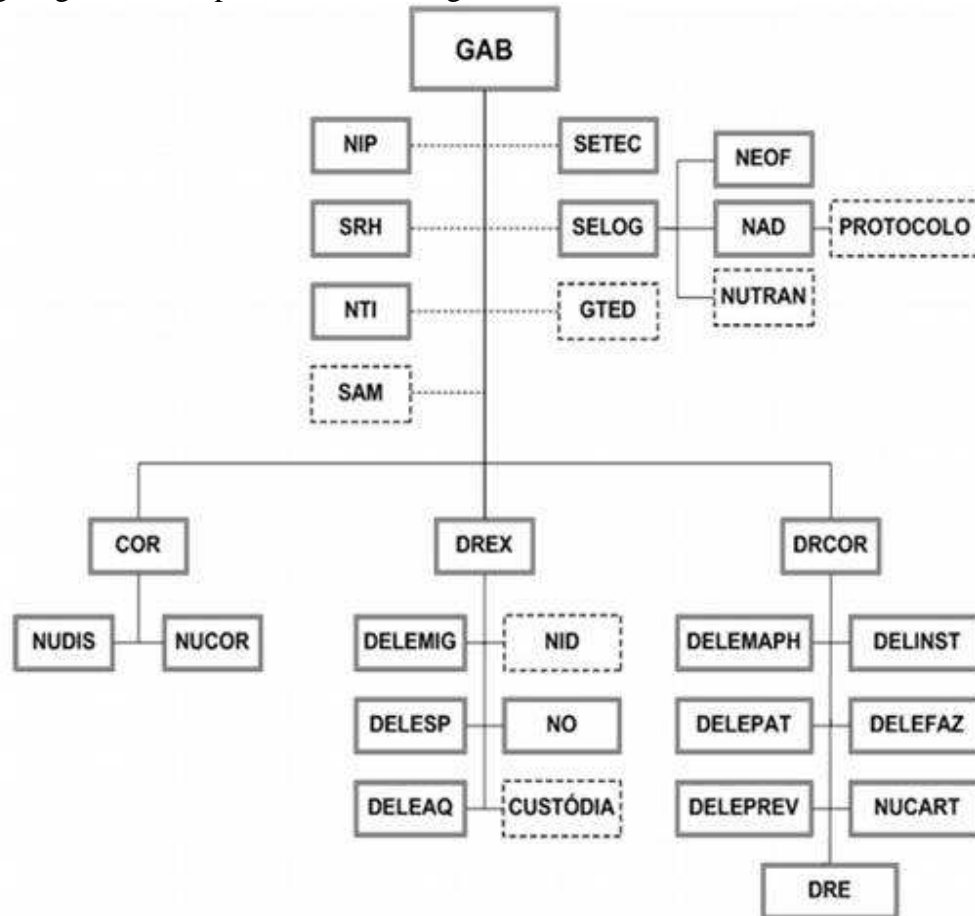
LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	15
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	19
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	21
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	30
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes	30
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital	30
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	30
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	31
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	31
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ31	
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	
.....	32
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	32
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por	
movimentação	32
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por	
movimentação	33
Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	35
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	36
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	37
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	37
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação	
em 31 de dezembro)	38
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12	38
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	
.....	38
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	
.....	39
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	39
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários	39
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	40
Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade	
jurisdicionada	41
Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de	
concurso público ou de provimento adicional autorizados	41
Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para	
substituição de terceirizados	41
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	41
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	42
Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	
.....	43
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	43
Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	
.....	44
Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade	
de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	44
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	
.....	44
Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SiCONV	45

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	46
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.....	48
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	50
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	52
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	52
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	52
Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada.....	53
Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	54
Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	54
Quadro A.14.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ	55
Quadro A.14.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	55
Quadro A.14.3 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas.....	55
Quadro A.14.4 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas.....	55
Quadro A.14.5 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas	55
Quadro A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas	55
Quadro A.14.7 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ.....	55
Quadro A.14.8 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas.....	55
Quadro A.14.9 - Comunicações à RFB.....	55
Quadro A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas	56
Quadro A.14.11 - Ações da RFB	56
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	57
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	57
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	58
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	59
Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício.....	60
Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	60
Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	62
Quadro B.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	62

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Organograma da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Alagoas



A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Alagoas, sediada na capital do Estado de Alagoas, desenvolve ações que fazem parte das políticas de segurança pública. Sua função precípua é de polícia judiciária da União, elucidando crimes que são processados e julgados na Justiça Federal. Possui uma estrutura formal composta por:

- 04 (quatro) órgãos da primeira linha decisória: o Gabinete da Superintendência – GAB, a Delegacia Regional Executiva – DREX, a Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR e a Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DRCOR;
- 03 (três) Setores: Setor de Recursos Humanos - SRH, Setor Técnico-Científico - SETEC e Setor de Administração e Logística Policial – SELOG;
- 08 (oito) Núcleos: Núcleo de Inteligência Policial - NIP, Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF, Núcleo Administrativo – NAD, Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI, Núcleo de Disciplina - NUDIS, Núcleo de Correções - NUCOR, Núcleo de Operações – NO, Núcleo de Cartório – NUCART;
- 09 (nove) delegacias especializadas: Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG, Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP, Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos - DELEAQ, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH, Delegacia de Defesa Institucional - DELINST, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas- DELEPAT, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV, Delegacia de Repressão a Drogas – DRE. As três (03) primeiras delegacias são subordinadas à Delegacia Regional Executiva - DREX e as seis (06) últimas subordinadas à Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DRCOR.

Os órgãos marcados em pontilhado no organograma são apresentados apenas para melhor compreensão do funcionamento prático da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Alagoas. Referidos órgãos não fazem parte da estrutura formal da Superintendência segundo o Regimento Interno da Polícia Federal.

São órgãos que funcionam na estrutura, porém não fazem parte da estrutura formal:

- O Núcleo de Transporte - NUTRAN, vinculado diretamente ao Setor de Administração e Logística Policial – SELOG;
- O Protocolo Geral, vinculado diretamente ao Núcleo de Administração – NAD;
- O Grupo Técnico em Edificações – GTED e o Serviço de Atendimento Médico - SAM, vinculados diretamente ao Superintendente;
- O Núcleo de Identificação – NID e a CUSTÓDIA, vinculados diretamente à Delegacia Regional Executiva – DREX.

Além das estruturas acima identificadas, também são instituídos Grupos de Trabalho com finalidades de atuação específica em determinadas áreas.

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Alagoas no ano de 2011, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, da Decisão Normativa TCU nº 117/2011, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 2546/2010).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo Único da Portaria TCU nº 123, de 12/05/2011.

Os itens, subitens e Anexos da parte A, do Anexo II, da DN TCU nº 108/2010 a seguir relacionados não se aplicam a esta Unidade Jurisdicionada pelos seguintes motivos:

Itens, Subitens, Anexos	Motivo
Subitem 2.3 do item 2, e o Quadro A.2.1	Conforme orientação do DPF em Brasília/DF, veiculada por meio de vídeo-conferência realizada no dia 21/03/2012, no âmbito do Departamento de Polícia Federal, ainda não foram criados indicadores institucionais
Subitens 2.4.1, 2.4.2, 2.4.3, 2.4.4 do item 2, e os Quadros A.2.4, A.2.5, A.2.6, A.2.8, A.2.9, A.2.10	Esta Unidade Jurisdicionada não possui dotações consignadas em orçamento. Seus créditos orçamentários para execução dos programas de governo são provenientes de provisões das Unidades Orçamentárias (UOs) a que está vinculada – 30108 e 30909.
Item 3, subitens 3.1, 3.2, do item 3, e o Quadro A.3.1	Esta Unidade Jurisdicionada uma vez que não existem dados a serem apresentados, tendo em vista que as contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 (conforme orientação do TCU) não apresentaram qualquer movimentação no Sistema Integrado de Administração Financeira para as UG's 200358 e 200359
Subitem 5.6, do item 5	Tendo em vista que, por ser uma unidade descentralizada, não possui autonomia administrativa para a definição de políticas de recursos humanos. A competência para a definição dos Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos é da Diretoria de Gestão de Pessoal, órgão central de recursos humanos do DPF, em Brasília.
Subitens 6.2 e 6.2.1 do item 6, e os Quadros A.6.4, A.6.5	Não se aplica à unidade, pois o único convênio vigente na UJ é referente a cessão de área utilizada pelo DPF no Aeroporto Zumbi do Palmares, não estando previsto no ajuste nenhuma obrigação para as partes referente a prestação de contas.
O Quadro A.11.2	Esta UJ não possui imóveis locados de terceiros.
Item 12, subitem 12.1, e o Quadro A.12.1	Conforme orientação do DPF em Brasília/DF, veiculada por meio de vídeo-conferência realizada no dia 21/03/2012, a política de Tecnologia da Informação – TI – está centralizada na sede do departamento.
Item 14, seus subitens, e os Quadros A.14.1, A.14.2, A.14.3, A.14.4, A.14.5, A.14.6, A.14.7, A.14.8, A.14.9, A.14.10, A.14.11.	Esta unidade não realiza renúncia de receita.
Subitens 15.1, 15.2 e os Quadros A.15.1, A.15.2.	Não ocorreram deliberações do TCU a serem atendidas no exercício de 2011.
Item 16, subitens 16.1, 16.2 e os Quadros A.16.1, A.16.2.	Não há Unidade de Controle Interno (UCI) instalada nesta UJ.

Quanto à parte B, do Anexo II, da DN TCU nº 108/2010 (itens 17 a 20, conforme estrutura do Anexo Único da Portaria TCU nº 123/2011), estão sendo apresentados neste relatório somente os itens 17 e 18 (com seus subitens), bem como o quadro B.1.2, destacando-se que o quadro B.1.1 não se aplica a esta unidade em função da apresentação do quadro B.1.2. Conforme estrutura do Anexo Único da Portaria TCU nº 123/2011, os demais itens (19 e 20 e seus quadros) não se aplicam a esta unidade

em função da sua natureza jurídica e, por este motivo, deixam de ser incluídos neste relatório.

Não foram incluídos neste relatório os itens, subitens e quadros da parte C, do Anexo II, da DN TCU nº 108/2010, uma vez que as informações não se aplicam à natureza jurídica desta UJ.

Principais realizações da gestão

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Alagoas, no ano de 2011, implementou modificações em sua estrutura organizacional visando a otimização de suas atividades.

As principais modificações dizem respeito à vinculação das delegacias especializadas à estrutura hierárquica da Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DRCOR, à vinculação do Núcleo de Transporte – NUTRAN ao Setor de Administração e Logística Policial – SELOG e à vinculação do Núcleo de Identificação – NID à Delegacia Regional Executiva – DREX.

Conquanto a Polícia Federal de Alagoas tenha aderido ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA) em 2010, durante o ano de 2011 o grupo responsável por conduzir esse processo não conseguiu dar prosseguimento ao Programa.

Durante o exercício de 2011, a Superintendência de Alagoas, na busca da persecução criminal, instaurou 844 (oitocentos e quarenta e quatro) inquéritos policiais. Destes inquéritos, 367 (trezentos e sessenta e sete) foram instaurados pela DELEPREV (crimes previdenciários), DELEFAZ (crimes fazendários) e DELEMIG (imigração), perfazendo um percentual de 43,5% (quarenta e três e meio pontos percentuais).

Foram relatados (concluídos na esfera penal) 791 (setecentos e noventa e um) inquéritos, dos quais 402 (quatrocentos e dois) estavam relacionados às delegacias especializadas DELEMAPH (crimes relacionados ao meio ambiente), DELEPREV (crimes previdenciários) e DELEFAZ (crimes fazendários), perfazendo um percentual de 50,8% (cinquenta vírgula oito pontos percentuais).

Ao final do ano encontrava-se em andamento um total de 1.193 (um mil, cento e noventa e três) inquéritos policiais. Destes, 87,7% (oitenta e sete vírgula sete pontos percentuais) estavam relacionados às delegacias DRCOR, DELEPREV, DELEFAZ, DELINST, DELEMAPH e DELEPAT.

O número de indiciados nos inquéritos policiais conduzidos pela Polícia Federal de Alagoas, durante o ano de 2011, foi de 771 (setecentos e setenta e uma) pessoas.

As principais operações policiais deflagradas durante o ano de 2011 foram as seguintes:

Operação	Data
INTERNET SEGURA	Fevereiro /2011
MATA GRANDE	Março /2011
MASCOTH	Março /2011
PREVENÇÃO II	Maió /2011
CID-F	Junho /2011
OPERAÇÃO CONTRA RÁDIOS CLANDESTINAS	Junho /2011
ASTRÉIA	Agosto /2011
TABANGA	Setembro /2011
RODOLEIRO	Outubro /2011
BLACK OPS	Outubro /2011
PALMARES	Novembro /2011

As ações da Corregedoria permaneceram na busca de maior eficiência da atividade de polícia judiciária pela imposição de metas para que o número de IPLs relatados fosse maior do que o de inquéritos instaurados. Todavia, o percentual de inquéritos relatados (791) em relação aos instaurados (844) foi de 93,7%. O resultado inferior à meta estabelecida ocorreu, principalmente, por conta do corte orçamentário instituído pelo Governo Federal na área de Segurança Pública, cujas viagens ao interior do Estado visando à instrução dos inquéritos policiais foram reduzidas substancialmente, sendo autorizadas apenas aquelas viagens consideradas urgentes, bem como o baixo efetivo de servidores que influencia de forma diretamente no trabalho de Polícia Judiciária. Mesmo diante de todas as adversidades, esta Unidade atingiu um índice satisfatório. Vejamos o quadro a seguir apresentado:

IPLs	2009	2010	2011
IPLs Instaurados	766	815	844
IPLs Relatados	709	916	791
IPLs em Andamento	1.222	1.080	1.193

A atuação da Perícia Criminal Federal (Polícia Técnico-Científica) em Alagoas obteve os seguintes resultados no período de 2009 a 2011:

Peça Técnica	2009	2010	2011
Laudos Periciais	601	650	589
Informações Técnicas	81	94	59
Pareceres Técnicos	0	2	2

Os fatores que impactaram negativamente as atividades periciais no ano de 2011 foram, principalmente, os seguintes: reduzido número de Peritos Criminais, principalmente nas áreas de Engenharia Civil, Meio Ambiente, Informática e Laboratório; falta de depósito para materiais a serem periciados; considerável aumento de ocorrências de arrombamento e roubo de agências dos Correios localizadas nos municípios de Alagoas, cujo fato acarreta deslocamentos de Peritos Criminais para realização de exames de local de crime.

Outros fatos verificados no ano de 2011 que merecem destaque são os seguintes:

- Na atividade de inteligência policial, foram feitos atendimentos a Pedidos de Inteligência (PI) de Órgãos de Inteligência integrantes do SISBIN-Sistema Brasileiro de Inteligência (PM/AL, SEDS, PRF, CPAL, 59^oBIMtz, etc.);
- Na repressão ao tráfico de entorpecentes foram obtidos os seguintes resultados: 35 (trinta e cinco) presos, apreensões de 196.593g (cento e noventa e seis mil, quinhentos e noventa e três gramas) de substâncias contendo cocaína (cloridrato, pasta base e crack), 106.762g (cento e seis mil, setecentos e sessenta e dois gramas) de maconha e 15 (quinze) veículos. Essas apreensões foram realizadas pela DRE – Delegacia de Repressão a Drogas e pela antiga DELEARM (Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas), atualmente DELEAQ – Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos;
- Foram cedidos 20 (vinte) policiais federais para participação em operações permanentes do Departamento de Polícia Federal, que têm por característica o longo prazo de duração e o interesse nacional, dentre as quais se destacam a Operação Arco de Fogo (desmatamento e comércio ilegal de madeira), SENTINELA (tráfico de drogas e armas), TENTÁCULOS (saques fraudulentos e clonagem de cartão) e as atividades de monitoramento em fronteiras. Durante o ano de 2011 também foram cedidos policiais para outras operações da Polícia Federal de responsabilidade de outras unidades;
- Realizou mediante licitações, a contratação/renovação de serviços e aquisição de materiais essenciais ao funcionamento adequado do prédio, tais como: fornecimento de água, energia elétrica e alimentação para custodiados, coleta de esgotos, manutenção de elevadores predial, do sistema de ar condicionado central e das viaturas, prestação dos serviços de copeiragem, limpeza e conservação, lavador de veículos, recepcionistas, vigilância, estagiários, telefonia fixa e móvel, serviços de banda

larga de dados, higienização de tecidos, publicação de materiais oficiais, cessões de uso de espaço, serviços postais e outros, além da aquisição de materiais permanentes e de consumo.

- O Núcleo de Tecnologia da Informação atuou nas seguintes atividades: Gerenciamento do serviço de diretório da rede local; Gerenciamento dos serviços DNS, DHCP, IIS, diretivas de segurança, backup; Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de hardware; Atualização, correção e configuração dos sistemas operacionais e demais softwares das estações de trabalho; Manutenção e adequação do cabeamento de rede local; Suporte aos usuários dos sistemas corporativos do DPF; Suporte aos usuários do CINTEPOL; Suporte aos sistemas STI (tráfego internacional) e Novo SINPA (passaporte); Manutenção, atualização, cadastramento e suporte aos usuários do SISCART; Manutenção do portal SIGEPOL; Manutenção do portal institucional da INTRANET; Manutenção dos sistemas locais do Registro Eletrônico de Frequência; Manutenção do sistema de controle de visitantes Apron Portaria; Programação e manutenção da central telefônica; Análise dos dados do tarifador telefônico; Apoio técnico na renovação contratação de serviços de telefonia fixa e telefonia móvel; Realização de coleta de informações e/ou formulação de termos de referência para aquisição de terminais telefônicos e bens de TI.

Principais dificuldades para realização dos objetivos da Superintendência de Polícia Federal no Estado de Alagoas:

Dentre as dificuldades encontradas para a realização dos objetivos institucionais destaca-se a escassez de recursos humanos aliada às restrições orçamentárias impostas pelo decreto nº 7.446, de 01 de março de 2011.

Referidas restrições afetaram, principalmente, a liberação de diárias, o que trouxe reflexos negativos para a Unidade à medida que diligências policiais tiveram de ser sobrestadas.

Planos e projetos para o exercício seguinte

O PMA – Plano de Metas Anuais – constitui-se em sistema de planejamento voltado ao estabelecimento dos objetivos e metas do Órgão, definição das unidades responsáveis pela sua execução, dos meios necessários ao seu alcance, hierarquização de prioridades, bem como da estimativa dos custos, do prazo de execução e do controle de resultados.

A Polícia Federal no Estado de Alagoas elaborou o seu PMA para o ano de 2012 subdividindo-o em três níveis:

- Metas Institucionais

Relacionadas à ampliação do efetivo da unidade, tanto de servidores da carreira policial quanto de servidores administrativos.

- Metas Policiais

Relacionadas à melhoria no atendimento das atividades de polícia administrativa e polícia judiciária da União. Há também o início dos trabalhos no ano de 2012 visando a implantação de uma delegacia no município de Arapiraca para o ano de 2013.

- Metas Administrativas

Aprimoramento no atendimento das atividades de apoio administrativo, passando pelo treinamento de servidores e a melhor divisão dos trabalhos.

Assim, tem-se como objetivo geral da unidade para o ano de 2012 a melhoria da prestação dos serviços de sua competência, buscando o fortalecimento de seu efetivo com o aumento do número de servidores, bem como da capacitação dos mesmos.

**PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 –
CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO**

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 – CONTEÚDO GERAL.

1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Alagoas			
Denominação abreviada: Polícia Federal em Alagoas			
Código SIORG: 1150	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 200358
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(82) 3216-6729	(82) 3216-6700	(82) 3216-6788
E-mail: cm.nti.sral@dpf.gov.br			
Página na Internet: : http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Walter Ananias, 705, 57025-080, Jaraguá, Maceió/AL.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> - Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. - Port. 162, de 12/04/65 – Cria a Sub-Delegacia Regional em Alagoas. - Dec. 70.665, de 02/06/72 – Transforma a Sub-Delegacia em Divisão. - Port. 039, de 17/03/75 – Eleva a Divisão para Superintendência Regional em Alagoas. 			
FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> - Decreto nº 6.061, de 15.03.2007. - Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005. 			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200359	Fundo de Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - AL		

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 – PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

2.1.1) Competência institucional

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente, a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência de Alagoas exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscriçã, com as atribuições de: planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execuçã das atividades, ações e operações correlatas à atuaçã da Polícia Federal; administrar as unidades sob sua subordinaçã, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais; propor diretrizes específicas de prevençã e repressã aos crimes de atribuiçã do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais; executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressã uniforme dos crimes de atribuiçã do Departamento; apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessãrias; promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatõrios de avaliaçã de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestã das unidades centrais; e adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutençã adequada dos bens imõveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.

2.1.2) Objetivos estratégicos

A Superintendência de Alagoas está alinhada com os objetivos estratégicos traçados pela direção geral do Departamento de Polícia Federal, que em 3 de novembro de 2010 inaugurou a Portaria nº 1735/2010-DG/DPF e nela aprovou o Plano Estratégico 2010/2022. A Portaria em questão elencou como objetivos institucionais e estratégicos para o período em questão os seguintes pontos:

- 1) Fortalecer a cultura de gestão estratégica;
- 2) Valorizar o servidor;
- 3) Ampliar a credibilidade institucional;
- 4) Reduzir a criminalidade;
- 5) Promover a cidadania;
- 6) Incrementar os Acordos e Parcerias;
- 7) Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais;
- 8) Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação;
- 9) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico.

Toda a atuação da instituição está focada no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

A VISÃO DE FUTURO da instituição é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

Procurando implementar as ações decorrentes do Plano Estratégico, a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Alagoas teve a seguinte atuação:

1. Permaneceu buscando a otimização na instauração e relato de inquéritos policiais visando uma melhor resposta às exigências de apuração e repressão criminal.
2. Dentro de suas possibilidades e com as limitações das já citadas restrições orçamentárias, deu continuidade à capacitação de servidores administrativos e policiais visando uma melhor prestação de serviço de sua competência.
3. Buscou atuar de maneira proficiente na prevenção e repressão dos crimes de sua alçada.
4. Através de uma atuação imparcial e dentro da estrita legalidade, a Polícia Federal em Alagoas procurou aumentar sua credibilidade perante a população. Trata-se de uma premissa básica na gestão do DPF em Alagoas “a observância e o respeito à lei por parte de seus servidores não olvidando de que seu produto final tem um só destinatário: a sociedade”.
5. Procurou otimizar a prestação de serviços ao público, precipuamente os de passaporte e de registro de armas.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

O plano de ação da Polícia Federal em Alagoas está alinhado com os objetivos definidos para as políticas públicas de segurança, expressos nas atividades desenvolvidas por meio dos programas de governo e suas ações específicas, conforme detalhado a seguir:

Programa 0750 – Apoio Administrativo

- Ação 2000 – Administração da Unidade

Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade

- Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas e Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
- Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
- Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
- Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Programa 1453 – PRONASCI

- Ação 8375 – Campanha do Desarmamento

Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

- Ação 0181 – Pagamento de Aposentadoria e Pensões

Programa 0181 – Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão

- Ação 20CI – Jogos Mundiais Militares

No âmbito de suas atribuições finalísticas, a Superintendência da Polícia Federal em Alagoas executa, basicamente, as ações relacionadas a dois principais programas de governo, a saber:

- Programa 0750 – Apoio Administrativo
- Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Não se aplica à unidade. No âmbito do Departamento de Polícia Federal, ainda não foram criados indicadores institucionais. O controle dos programas de governo é feito nas unidades centralizadas na sede do departamento. Os recursos são alocados por meio de distribuição de cotas orçamentárias para as unidades descentralizadas.

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Não se aplica à UJ. Por esse motivo não está sendo apresentado neste Relatório de Gestão.

Conquanto a UJ não possua indicadores institucionais, o que motivou a não apresentação do Quadro A.2.1, nos subitens subsequentes estão sendo apresentadas informações quanto à realização de suas cotas orçamentárias:

2.3.1.1) Programa 0750 – Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo – é um programa de apoio às políticas públicas e áreas especiais com o objetivo de Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

É um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo com a finalidade de proporcionar apoio adequado aos trabalhos da atividade operacional da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal. A única ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos desta Regional.

Nesse programa está considerada toda a logística necessária ao desenvolvimento da atividade fim da Polícia Federal de Alagoas. Gastos com combustíveis, manutenção de veículos, transporte aéreo de servidores em missão, diárias administrativas, telefonia móvel, alimentação de custodiados, aquisição de material de expediente, energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa, postagem de documentos, transporte de mobiliário de servidores removidos no interesse da Administração, publicações oficiais, vigilância armada, limpeza e conservação, copeiragem, manutenção predial, manutenção do sistema de refrigeração do prédio, recepcionistas, entre outros.

Demonstrativo da Execução da Cota da unidade no Programa de Governo 0750

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
-	-	3.068.138,45	2.826.882,89	241.255,56	2.826.882,89

Fonte: SIAFI Operacional

2.3.1.2) Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade

O Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade – é um programa finalístico com o objetivo geral de “modernizar, fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça” e objetivo específico de “intensificar o combate à criminalidade no país mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública”.

A Corregedoria de Polícia Federal no estado de Alagoas, na busca de maior eficiência da atividade de polícia judiciária, realiza o acompanhamento de metas para que o número de inquéritos relatados sejam maiores que o número de inquéritos instaurados.

Demonstrativo da Execução da Cota da unidade no Programa de Governo 0662

Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos		
Inicial	Final						
-	-	652.035,04	652.035,04	-	652.035,04		
Informações sobre os resultados alcançados							
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício	
		Data	Índice inicial	Índice final			
1	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (%)	31/12/2011	108%	149%	125%	93,7%	
2	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	31/12/2011	368	368	330	368	
Fórmula de Cálculo do Índice							
1 - Relação percentual entre o número de inquéritos policiais relatados em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.							
2 - Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.							
Análise do Resultado Alcançado							
Cabe esclarecer que os dados de referência dos indicadores consideram o DPF como um todo. Em relação ao indicador "1" o índice inicial desta SR/DPF/AL foi de 108% e o índice previsto para 2011 pela COGER/DPF foi de 125%. O resultado de 93,7% inferior a meta estabelecida ocorreu, principalmente, por conta do corte orçamentário instituído pelo Governo Federal na área de Segurança Pública, cujas viagens ao interior do Estado visando à instrução dos inquéritos policiais foram reduzidas substancialmente, sendo autorizadas apenas aquelas viagens consideradas urgentes, bem como o baixo efetivo de servidores que influencia de forma diretamente no trabalho de Polícia Judiciária. Mesmo diante de todas as adversidades, esta Unidade atingiu um índice satisfatório.							

Fonte: SIAFI Operacional e SIGPLAN e Corregedoria da Polícia Federal no estado de Alagoas

2.3.1.3) Programa 1453 – PRONASCI

Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1453:

O Programa 1453 – PRONASCI – é um programa finalístico com o objetivo geral de “enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social”. Não houve execução orçamentária em 2011. Todavia, foram utilizados recursos não pertencentes à cota da unidade, voltados para as ações da Campanha de Desarmamento (Ação nº 8375).

2.3.1.4) Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

O Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, recebeu recursos na execução da Operação Especial 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis.

Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0089

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica		15.285,34	15.285,34	0,00	15.285,34	
Informações sobre os resultados alcançados: Constantes nas considerações sobre a execução da operação especial						
Código	Tipo ¹	Descrição da Ação				
0181	OP	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis				

¹ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

O Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União – é um programa finalístico com o objetivo geral de “Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes” e objetivo específico de “executar ações para garantir benefícios previdenciários aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes”.

2.3.1.5) Programa 0181 – Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão

Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0181:

O Programa 0181 – Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão, recebeu recursos na execução da Ação 20CI – Jogos Mundiais Militares, no valor de R\$ 10.003,99 (dez mil, três reais e noventa e nove centavos).

É um programa que tem o objetivo I de “democratizar o acesso ao esporte de alto rendimento, com o objetivo de diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas e melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais, como forma de promover a imagem do país no exterior”.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constantes no SIGPLAN se referem ao Departamento de Polícia Federal na sua totalidade.

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
06	122	0750	2000 – Administração da Unidade	A	3	Não há	NA	3.060.194,30	NA
06	122	0750	2000- Administração da Unidade	A	3	Não há	NA	14.044,15	NA
06	125	0662	2679 – Fiscalização e Controle de Empresas e Produção, Transporte e Comércio de Presursos Químicos	A	3	Não há	NA	0,00	NA
06	183	0662	2720 – Ações de caráter sigiloso	A	3	Não há	NA	26.758,63	NA
06	181	0662	2726 – Prevenção e Repressão à Crimes Praticados Contra, Bens, Serviços e Interesses da União	A	3	Não há	NA	624.876,41	NA
06	128	0662	4572 – Capacitação de servidores	A	3	Não há	NA	400,00	NA
14	422	1453	8375 – Campanha do desarmamento	A	3	Indenização paga	NA	6.100,00	NA
09	272	0089	0181- Pagamento de Aposentadoria e Pensões	A	3	Não há	NA	15.285,34	NA
05	811	0181	20CI – Jogos Mundiais Militares	A	3	Não há	NA	10.003,99	NA

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional – UG’s 200358 e 200359

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo Departamento de Polícia Federal.

Os valores acima informados foram extraídos do SIAFI Gerencial e Operacional, tendo em vista que a SR/DPF/AL atua apenas como executora dos programas e respectivas ações, que as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e SIGPLAN se referem a todo o DPF e que não houve por parte da Sede a regionalização das referidas metas.

Todavia, estão sendo apresentados a seguir comentários acerca das ações executadas pela unidade:

- **Ação 2000** – Administração da unidade

Nesta ação foi realizada a logística necessária ao desenvolvimento da atividade fim da Polícia Federal de Alagoas. Nesta ação foram registrados os gastos com combustíveis, manutenção de veículos, transporte aéreo de servidores em missão, diárias administrativas, telefonia móvel, alimentação de custodiados, aquisição de material de expediente, energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa, postagem de documentos, transporte de mobiliário de servidores removidos no interesse da Administração, publicações oficiais, vigilância armada, limpeza e conservação, copeiragem, manutenção predial, manutenção do sistema de refrigeração do prédio, recepcionistas, entre outros.

No quadro a seguir destacamos o controle do uso de viaturas administradas pela SR/DPF/AL:

Item	2011
Quantidade de veículos da frota utilizados nos serviços (1)	62
Quantidade de veículos da frota não utilizados nos serviços (2)	7
Quantidade de veículos da frota nos quais foram realizadas manutenções	62
Custo total com manutenção (em R\$ 1,00)	137.976,32
Quantidade de combustível adquirido do tipo gasolina (em litros)	41.788,34
Custo total com aquisição de gasolina (em R\$ 1,00)	116.357,12
Quantidade de combustível adquirido do tipo álcool (em litros)	0
Custo total com aquisição de álcool (em R\$ 1,00)	0,00
Quantidade de combustível adquirido do tipo óleo diesel (em litros)	19.329,70
Custo total com aquisição de óleo diesel (em R\$ 1,00)	39.469,70
Quantidade de outros combustíveis adquiridos (em litros)	0
Custo total com aquisição de outros combustíveis (em R\$ 1,00)	0,00

(1) Sendo 43 (quarenta e três) de uso oficial e 19 (dezenove) de uso apreendidas;

(2) Para doação.

A Superintendência da Polícia Federal em Alagoas recebeu o apoio por meio de recrutamentos de servidores de outras unidades para desenvolvimento de tarefas nesta unidade.

- **Ação 2679** – Fiscalização e Controle de Empresas e Produção, Transporte e Comércio de Precusores Químicos

Embora não tenha havido execução de despesa pela UJ nessa ação de governo, a atividade de controle e fiscalização de produtos químicos da Superintendência em Alagoas que era exercida pela DRE – Delegacia de Repressão a Drogas –, realizou a fiscalização de 03 (três) empresas no município de Maribondo/AL, sem ter resultado em apreensão de quaisquer produtos.

Essa atividade passou a ser de competência da Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos – DELEAQ.

Nas tabelas a seguir estão apresentados os resultados obtidos pela SR/DPF/AL nessa atividade:

ATIVIDADE	2009	2010	2011
Empresas fiscalizadas	52	10	03 (*)
Certificados de Licença renovados	74	87	(**)
Certificados de Licença Emitidos	51	39	(**)
Certificado de Registro Cadastral e Alterações de Cadastro	80	62	(**)
Notificações	59	01	(**)
Termos de Ciência	10	10	(**)
Autos de Restituição de Produtos Químicos	08	08	(**)
Multas	06	02	(**)

Nota: (*) Empresas MARIPLUMAS, ANIUSKA e CASA KOGA, localizadas na cidade de Maribondo/AL;

(**) Dados indisponíveis. Os dados dessa atividade são de competência da Polícia Federal em Brasília/DF. A única servidora responsável pelas ações nesta atividade se aposentou em 2011.

PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS			
PRODUTO	2009	2010	2011
Amônia	880 kg	80 Kg	0

- **Ação 2720** – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Nessa ação foi executado pela UG o total de R\$ 26.758,63 (vinte e seis mil setecentos e cinquenta e oito reais e sessenta e três centavos), utilizados em sua totalidade em suprimento de fundos de caráter sigiloso, em ações de inteligência policial. Esta modalidade excepcional de execução da despesa é mais adequada ao tipo de serviço desenvolvido pelos agentes de inteligência, devido a manutenção do sigilo nas aquisições de bens e serviços que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução (valores atualizados conforme informações constantes nas tabelas enviadas pela COF – SIAFI gerencial).

No exercício de 2011 foram iniciadas 22 (vinte e duas) ações de inteligência e contra inteligência com a finalidade de apoiar as operações ordinárias de todas as unidades da Superintendência. Na tabela abaixo está sendo demonstrada a evolução das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Inteligência entre os anos de 2009 e 2011:

ATIVIDADE		2009	2010	2011
Operações de Inteligência	Encerradas	17	27	05
	Em andamento	16	10	17
Relatório de Inteligência	Expedidos	13	27	36
	Recebidos	18	10	16
Pedido de Inteligência	Expedidos	02	07	05
	Recebidos	04	13	34

- **Ação 2726** – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Nesta ação é desenvolvida a maior parte das atividades finalísticas da Polícia Federal e, portanto, onde é empregada boa parte dos recursos financeiros da Unidade. Foram empenhados, liquidados e pagos R\$ 624.876,41 (seiscentos e vinte e quatro mil oitocentos e setenta e seis reais e quarenta e um centavos) durante o exercício de 2011 (valores atualizados conforme informações constantes nas tabelas enviadas pela COF – SIAFI gerencial).

Os números gerais da Superintendência em Alagoas foram: 771 (setecentos e setenta e um) indiciamentos em inquéritos policiais; 27 (vinte e sete) mandados de prisões cumpridos; 70 (setenta)

prisões em flagrante; 44 (quarenta e quatro) mandados de busca e apreensão; 26 (vinte e seis) pedidos de quebra de sigilo (dados, fiscais, bancários, telefônicos); 37 (trinta e sete) armas apreendidas.

O número de presos mantidos sob a guarda temporária da Polícia Federal de Alagoas nas instalações de sua Sede foi de 123 (cento e vinte e três);

Durante o ano de 2011, o Núcleo de Operações – NO – passou a contar com 08 (oito) APFs. Apesar deste número, o desempenho das ações de atribuição do NO ficou por vezes prejudicado em razão de que seus servidores são deslocados para outros setores para dar apoio em missões de outras delegacias e cobrir lacunas no serviço de plantão devido a férias e licenças de servidores.

Foram 11 (onze) as principais operações policiais realizadas em 2011 que receberam os seguintes nomes: INTERNET SEGURA, MATA GRANDE, MASCOTH, PREVENÇÃO II, CID-F, OPERAÇÃO CONTRA RÁDIOS CLANDESTINAS, ASTRÉIA, TABANGA, RODOLEIRO, BLACK OPS, PALMARES.

Em linhas gerais, referidas operações tiveram a finalidade de repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, além de ações de prevenção e combate ao crime organizado, à exploração sexual de crianças e adolescentes, erradicação de plantios de maconha, a rádios clandestinas, à sonegação fiscal, entre outros.

Na repressão ao tráfico de entorpecentes, as principais substâncias apreendidas em 2011, conforme se observa na tabela abaixo foram cocaína e maconha, conforme dados da tabela a seguir:

Substância	Quantidade (g)		
	2009	2010	2011
COCAÍNA	63.000	126.000	196.593
MACONHA	241.000	842.000	106.762
ECSTASY (un)	-	289	-

A Polícia Técnica-Científica, em 2011, emitiu 589 (quinhentos e oitenta e nove) laudos periciais, contribuindo para a formação do conjunto probatório produzido nos inquéritos policiais e processos judiciais.

Os principais resultados do Núcleo de Identificação (NID) no período de 2009 a 2011 foram os seguintes:

Descrição	2009	2010	2011
- Emissão de Folha de Antecedentes	600	763	1.363
- Pesquisa e Inclusão no AFIS	480	839	400
- Identificação			
. Estrangeiros	720	168	151
. Criminal	60	62	781
. Porte de Arma	24	-	-

. Funcional	12	41	88
. Vigilantes	-	383	383
- Pesquisa para Antecedentes Criminais	150	-	5.332
- Representação Facial Humana	-	5	0
- Levantamento em Local de Crime	36	-	52
- Laudo	12	20	19
- Informação Técnica	48	27	54

No âmbito da Polícia Administrativa, podem-se destacar as seguintes atividades e resultados do exercício 2011:

a) Controle Migratório - atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro. Essa atividade é de responsabilidade da Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG.

Visando uma maior eficiência dessa atividade, a delegacia passou a atender o público externo no horário de sete às dezenove horas.

Nos quadros a seguir estão apresentados alguns dados estatísticos da Delegacia de Imigração – DELEMIG – no período de 2009 a 2011:

Serviços de Registro de Estrangeiros	2009	2010	2011
Restabelecimento de registro	19	12	-
Carteira de Identidade de Estrangeiro - 1ª via	197	186	186
Substituição de CIE	81	108	156
Segunda via de CIE	12	06	03
Pedido de Permanência	62	42	56
Pedido de Naturalização	08	05	05
Prorrogação prazo de estada de temporário	77	54	60
Prorrogação de Prazo de Estada de Turista	-	-	140
Transformação de Visto Turista/Temporário em Permanente	-	-	55

Fonte: DELEMIG (Memorando nº 882/2012-DELEMIG/DREX/SR/DPF/AL)

Serviços de Passaportes	2009	2010	2011
Passaportes Expedidos	5.753	8.648	11.459

b) Controle de Armas: A Polícia Federal desempenha atribuição administrativa como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros. Essa atividade é de competência da Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos – DELEAQ, antiga DELEARM (Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas).

No quadro a seguir estão apresentados alguns dados estatísticos da Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos – DELEAQ – no período de 2009 a 2011:

ATIVIDADE	2009	2010	2011
Pareceres de Compra de armas	82	185	337
Pareceres de Transferência de armas	100	784	89
Emissão e renovação de registros de armas	400	3.780	1.992
Pareceres de Porte de armas	45	12	37
Porte de armas deferido (inclusive renovação de porte)	(*)	(*)	21
Lançamento de ocorrências	80	148	
Cadastramento/Credenciamento de instrutores de tiro	07	13	13
Cadastramento/Credenciamento de armeiros	03	-	1
Armas entregues na Campanha 2011	(*)	(*)	237
Munições entregues na Campanha 2011	(*)	(*)	687

(*) Dado indisponível para este relatório.

c) Controle de Segurança Privada: atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros. Essa atividade é de responsabilidade da Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP.

No quadro a seguir estão apresentados alguns dados estatísticos da Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP – no período de 2009 a 2011:

ASSUNTO	MODALIDADE	2009	2010	2011
Autorização de funcionamento	Segurança e vigilância patrimonial	03	03	04
	Serviços orgânicos de segurança	-	-	-
Autorizações para Alteração	Mudança de endereço e abertura de filial	04	01	5
Outros procedimentos	Revisão de autorização de funcionamento	37	(*)	44
	Renovação de certificado segurança/carro-forte	20	(*)	60
	Renovação de certificado vistoria	40	60	30
	Autos de constatação	34	37	33
	Notificações	-	-	13
	Autorizações para compra de coletes balísticos	-	20	17
	Encerramento de empresa irregular	41	02	0
	Vistoria de instalações de empresas	20	51	47-
	Vistoria de veículos especiais	40	60	60
	Vistoria em agências bancárias	119	195	200
	Carteiras de vigilantes requeridas	525	600	750
	Certificados de formação de vigilantes	1.450	1400	2200
	Guias/Autorizações de transporte de arma/munições	104	142	254
	Armas arrecadadas	56	65	0
	Munições arrecadadas	1.382	291	0

(*) Dados não fornecidos pela DELESP/SR/DPF/AL

A Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP –, durante o ano de 2011, arrecadou R\$ 391.449,36 (trezentos e noventa e um mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e seis centavos) com os seguintes serviços:

Serviços	R\$
Autorização para alteração de atos constitutivos	936,40
Autorização para transporte de armas e munições	27.025,60
Renovação de certificado de vistoria de veículos especiais de transporte de valores	38.307,06
Renovação de certificado de carro-forte	9.577,20
Expedição de CNV	7.980,00
Registro de Certificados de formação de vigilantes	11.704,00
Vistorias das instalações de empresas orgânicas	31.923,00
Vistorias das instalações de empresas especializadas	18.089,70
Vistorias das instalações de cursos de formação	4.256,40
Vistorias de estabelecimentos financeiros	241.550,00
TOTAL	391.449,36

• **Ação 4572** - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Nesta ação foram empenhados, liquidados e pagos R\$ 400,00 (quatrocentos reais) (valores atualizados conforme informações constantes nas tabelas enviadas pela COF – SIAFI gerencial).

A realização de ações de capacitação, via de regra, é iniciada na própria Superintendência Regional do DPF em Alagoas e, após parecer positivo de seu dirigente, é remetida, em forma de processo, à aprovação da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP/DPF), em Brasília/DF. Dessa forma, a descentralização de créditos orçamentários para o pagamento da inscrição nos eventos de capacitação depende do aval daquela Diretoria, ficando sob o encargo da Superintendência Regional o pagamento das diárias e passagens.

Em 2011, foram realizadas as seguintes ações de capacitação:

EVENTOS	NÚMERO DE PARTICIPANTES	LOCAL/ENTIDADE PROMOTORA	PERÍODO
II Oficina Nacional das Unidades do SIASS	01	Natal/RN – Ministério do Planejamento	22 a 25/03/2011
VIII Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas	02	Belém/PA – Escola de Administração Fazendária	01 a 05/08/2011
II Curso de Gerenciamento de Bens Móveis e Imóveis de Uso Especial da União	01	Brasília/DF – Departamento de Polícia Federal	15 a 19/08/2011
Treinamento em Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras – SIDEC	02	Salvador/BA – MPOG e SERPRO	01 e 02/09/2011
XXIX Congresso Brasileiro de Psiquiatria	01	Rio de Janeiro/RJ- Associação Brasileira de Psiquiatria	02 a 05/11/2011
Curso de “Análise e Elaboração de Planilhas de Custos na Contratação de Mão de Obra Terceirizada”	03	Maceió/AL – Academia de Licitações Cursos e Assessoria LTDA	01 a 04/08/2011
I Seminário de Sensibilização em Preparação para Aposentadoria	28	Maceió/AL – SR/DPF/AL, Ministério da Saúde, INSS, UFAL	09/08/2011
II Fórum de Gestão da Diversidade na Administração Pública Federal	01	Brasília/DF- Ministério do Planejamento	22 e 23/09/2011
Curso de Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência	05	Maceió/AL – Academia de Licitações Cursos e Assessoria LTDA	31/10 e 01/11/2011
Treinamento de Combate a Princípio de Incêndio e Primeiros Socorros	29	Maceió/AL- SR/DPF/AL e Corpo de Bombeiros/AL	25/11/2011
I Oficina de Preparação para Aposentadoria	05	Maceió/AL - SR/DPF/AL, Ministério da Saúde/AL, INSS/AL, UFAL	29 e 30/11 e 01/12/2011
1º Congresso de Qualidade de Vida no Trabalho no Serviço Público Brasileiro	01	Brasília/DF – Universidade de Brasília	06 a 08/12/2011

A SR/DPF/AL mantém em suas instalações uma estrutura de Telecentro, no qual são promovidas ações de capacitação em ambiente de Educação à Distância (EAD). Geralmente são ministrados cursos relacionados às áreas policial e administrativa, ofertados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ).

Em 2011 foram matriculados e aprovados um total de 12 (doze) servidores lotados na SR/DPF/AL, sem custo financeiro para a Unidade.

No quadro a seguir são mostradas as ações de capacitação realizadas com utilização da estrutura do Telecentro:

Ciclo	Unidade	Curso	Matriculados	Aprovados
21	DPF / AL	Planejamento Estratégico	1	1
21	DPF / AL	Tráfico de Seres Humanos - VA	1	1
21	DPF / AL	Combate a Lavagem de Dinheiro	1	1
21	DPF / AL	Formação de Formadores da Polícia Federal	1	1
21	DPF / AL	Espanhol Básico 1	1	1
21	DPF / AL	Mediação de Conflitos 1	1	1
21	DPF / AL	Análise Criminal	1	1
23	DPF / AL	Inglês 1	2	2
23	DPF / AL	Análise Criminal	1	1
23	DPF / AL	Ações para o Controle de Armas	1	1
23	DPF / AL	Atendimento as Mulheres em Situação de Violência	1	1

- **Ação nº 8375** – Campanha do Desarmamento

Houve execução orçamentária em 2011, contudo, os recursos utilizados não são da cota da unidade. Os recursos foram transferidos pela COF – Coordenadoria de Orçamento e Finanças do DPF – mediante demanda.

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações. A tabela a seguir expõe a quantidade de armas arrecadadas e o montante de indenizações pagas nos anos de 2009 a 2011:

Campanha do desarmamento	2009	2010	2011
Armas entregues (unid.)	1.621	117	237
Despesa empenhada (R\$)	105.300,00	5.900,00	6.100,00

Em 2011 também foram entregues 687 (seiscentos e oitenta e sete) unidades de munições.

- **Ação nº 0181** - Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

Houve execução orçamentária em 2011 no total de 15.285,34 (quinze mil, duzentos e oitenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), contudo, os recursos utilizados não são da cota da unidade.

- **Ação nº 20CI** - Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

Houve execução orçamentária em 2011 no total de R\$ 10.003,99 (dez mil, três reais e noventa e nove centavos), contudo, os recursos utilizados não são da cota da unidade.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

Não se aplica. Esta Unidade Jurisdicionada não possui dotações consignadas em orçamento; seus créditos orçamentários para execução dos programas de governo são provenientes de provisões das Unidades Orçamentárias (UOs) a que está vinculada – 30108 e 30909 –, bem como de eventuais destaques de outras UOs. Por essa razão, o preenchimento dos Quadros A.2.4; A.2.5 e A.2.6 e a decorrente análise crítica constará apenas no Relatório de Gestão 2011 da UG 200336 – Departamento de Polícia Federal.

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200019
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200337

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Não se aplica à unidade jurisdicionada. Por esse motivo não está sendo apresentado o Quadro A.2.4.

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Não se aplica à unidade jurisdicionada. Por esse motivo não está sendo apresentado o Quadro A.2.5.

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

Não se aplica à unidade jurisdicionada. Por esse motivo não está sendo apresentado o Quadro A.2.6.

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

A SR/DPF/AL recebeu recursos oriundos de movimentações internas da Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF e do Ministério da Justiça, no ano de 2011, e especificamente para atender as necessidades dos Jogos Mundiais Militares da UO 52101, não tendo realizado concessão de nenhum crédito.

No que se referem às despesas correntes estas totalizaram R\$ 3.735.458,83 (três milhões setecentos e trinta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e três centavos) no exercício de 2011, sendo este montante suficiente apenas para atender o pagamento de diárias e dos

contratos já celebrados com seus fornecedores.

No lado dos investimentos foram empenhados R\$ 299.644,20 (duzentos e noventa e nove mil seiscentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos), que foram utilizados na aquisição de equipamentos de informática e de telefonia.

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	200358	0089/0181 0750/2000 1453/8375	0,00	0,00	15.285,34 3.054.094,30 6.100,00
Movimentação Externa	Concedidos	200359	0662/2720 0662/2726 0662/4572 0750/2000	0,00	0,00	26.758,63 624.876,41 400,00 14.044,15
	Recebidos	-	-	0,00	0,00	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

Esta Unidade Jurisdicionada não possui dotações consignadas em orçamento; seus créditos orçamentários para execução dos programas de governo são provenientes de provisões das Unidades Orçamentárias (UOs) a que está vinculada – 30108 e 30909 –, bem como de eventuais destaques de outras UOs. Por essa razão, o preenchimento dos Quadros A.2.8; A.2.9 e A.2.10 e a decorrente análise crítica constará apenas no Relatório de Gestão 2011 da UG 200336 – Departamento de Polícia Federal.

2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$
1,00

Não se aplica à unidade jurisdicionada. Por esse motivo não está sendo apresentado o Quadro A.2.8.

2.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$
1,00

Não se aplica à unidade jurisdicionada. Por esse motivo não está sendo apresentado o Quadro A.2.9.

2.4.4.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ Valores em R\$ 1,00

Não se aplica à unidade jurisdicionada. Por esse motivo não está sendo apresentado o Quadro A.2.10.

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.4.2.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	2.173.292,49	1.753.675,32	2.173.292,49	1.657.798,81
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	51.907,45	122.828,97	51.907,45	120.127,38
Inexigibilidade	351.125,34	320.993,18	351.125,34	278.643,16
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	40.045,90	55.707,24	40.045,90	55.707,24
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	678.690,28	1.255.074,89	678.690,28	1.255.074,89
Outras				
Não se aplica ²	183.856,47	285.260,30	183.856,47	284.815,98

Fonte: SIAFI Operacional – UGs 200358 e 200359

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

² Pagamento de ajuda de custos em processo de remoção, auxílio funeral, pagamento de ressarcimentos e outros.

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
08 – Outros Benefícios Assistenciais	15.285,34	0,00	15.285,34	0,00	0,00	0,00	15.285,34	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes								
14 – Diárias - Civil	678.690,25	1.250.053,87	678.690,25	1.250.053,87	0,00	0,00	678.690,25	1.250.053,87
30 – Material de	356.328,95	456.262,13	308.390,37	433.653,25	47.938,58	22.608,88	308.390,37	433.653,25

Consumo									
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	116.092,17	162.326,17	109.671,07	162.326,17	6.421,10	0,00	109.671,07	162.326,17	
36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	17.295,15	58.273,72	17.045,15	58.028,72	250,00	245,00	17.045,15	58.028,72	
37 – Locação de mão de obra	1.312.460,42	888.387,76	1.291.268,73	821.472,78	21.191,69	66.914,98	1.291.268,73	821.472,78	
39 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	760.103,34	694.836,95	664.099,00	644.447,36	96.004,34	54.389,59	664.099,00	644.447,36	
47 – Obrigação tributária e contributivas	18.583,48	30.493,30	18.533,48	30.493,30	50,00	0,00	18.533,48	30.493,30	
92 – Despesas de exercícios anteriores	15.618,33	1.079,08	15.618,33	1.079,08	0,00	0,00	15.618,33	1.079,08	
93 – Indenizações e Restituições	145.357,17	227.147,27	144.807,17	227.147,27	550,00	0,00	144.807,17	227.147,27	

Fonte: SIAFI

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								
51- Obras e Instalações	0,00	20.200,98	0,00	20.200,98	0,00	0,00	0,00	20.200,98
52 - equipamentos e material permanente	299.644,20	13.801,40	230.794,35	13.801,40	68.849,85	0,00	230.794,35	19.495,37
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

A Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF descentralizou os recursos orçamentários para esta UG seguindo as cotas orçamentárias estabelecidas pela Portaria nº 1653/2010 – DG/DPF, de 14/10/2010, que aprovou, no âmbito do DPF, os valores globais para o exercício de 2011 das dotações orçamentárias, a saber:

SUPERINTENDÊNCIA REG.DEP.POLÍCIA FEDERAL – AL

UG	PI	ND	VALOR	
200358	702T-11	339014	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	150.000,00
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	450.000,00
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	270.000,00
		339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	5.000,00
		339037	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.100.000,00
		339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	900.000,00
	702INF-11	33903017	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	50.000,00
		33903928	SUPORTE A USUÁRIOS DE T.I.	170.000,00
	sub-total – Tesouro			3.095.000,00
200359	363F-11	339014	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL (Atividades Operacionais)	700.000,00
	351F-11	339014	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL (Atividades Siquilosas)	10.000,00
	sub-total – Funapop			710.000,00
Total			3.805.000,00	

Para execução das atividades de sua competência, em 2011 a SR/DPF/AL despendeu o montante financeiro de R\$ 3.735.458,80, sendo que 92,0% foi aplicado em despesa de custeio e 8,0% em materiais permanentes. O total gasto em 2011 foi 1,4% inferior aos gastos de 2010.

As contratações da unidade, em sua maioria (83,1%), foram realizadas com utilização de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico.

Em relação à despesa com diárias, ocorreu uma redução de 45,9% em virtude das restrições orçamentárias impostas pelo decreto nº 7.446, de 01 de março de 2011.

2.4.7 Indicadores Institucionais

Diante da grande dificuldade de se estabelecer indicadores de desempenho na instituição, tendo em vista as infinidades de atribuições e de processos, bem como, a necessidade de se padronizar tais indicadores em todas as unidades da Polícia Federal, esta Regional não possui tais elementos institucionalizados.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não se aplica à unidade. Não existem dados a serem apresentados, tendo em vista que as contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 (conforme orientação do TCU) não apresentaram qualquer movimentação no Sistema Integrado de Administração Financeira para as UG's 200358 e 200359.

QUADRO A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE
CRÉDITOS OU RECURSOS

Valores em R\$ 1,00

Não se aplica à unidade jurisdicionada. Por esse motivo não está sendo apresentado o Quadro A.3.1.

3.2 Análise Crítica

Não se aplica à unidade.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	141.372,44	(34.552,69)	106.819,75	0,00
2009	414.557,42	(33.271,38)	381.286,04	0,00
...				
Observações: Informações extraídas do SIAFI. Contas consultadas 212160202 (inscritos), 295110300 (pagos) e 295230000 (transferidos). Fonte:SIAFI. Informações repassadas pelo NEOF/SR/DPF/AL				

Fonte:

4.2 Análise Crítica

No que se refere aos restos a pagar verifica-se que esta UJ não manteve inscrição superior a um exercício financeiro. O total dos créditos inscritos em 2010 foi pago ou cancelado no exercício de 2011, não restando saldo na conta de restos a pagar provenientes de anos anteriores.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010– RECURSOS HUMANOS.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	-	159	11	13
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	159	11	13
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	159	11	13
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há	Não há	Não há
3. Total de Servidores (1+2)	-	159	11	13

Fonte: Relatório da folha de pagamento do mês de dezembro/2011

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	6
3.1. De ofício, no interesse da Administração	5
3.2. A pedido, a critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	6

Fonte: Setor de Recursos Humanos

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	4	4	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	4	4	1	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.4. Sem vínculo	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.5. Aposentados	Não há	Não há	Não há	Não há
2. Funções gratificadas	20	20	2	2
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	20	20	2	2
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	24	24	3	3

Fonte: SIAPE

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo	03	38	44	48	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	3	38	44	48	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provedimento de cargo em comissão	0	11	9	4	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	1	3	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	10	6	4	0
3. Totais (1+2)	3	49	53	52	2

Fonte:

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	0	0	0	0	30	93	9	3	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	30	93	9	3	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provedimento de cargo em comissão	0	0	0	0	1	22	1	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	3	1	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	1	19	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	31	115	10	3	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Setor de Recursos Humanos

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	73	6
1.1 Voluntária	62	5
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	11	1
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	11	0
2.1 Voluntária	4	0
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	6	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	84	6

Fonte: Siape

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	15	3
1.1. Integral	15	3
1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	6	0
3. Total (1+2)	21	3

Fonte: SIAPE

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	0	0	0	0	0
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0
1.2 Área Meio	0	0	0	0	0
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	0	0	0	0	0

Fonte: SIAPE

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Venci- mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesa s de Exercí os Anterio res	Decisões Judiciais	Total	
		Retri- buições	Gratifi- cações	Adicio- nais	Indeniza- ções	Benefícios Assistencia is e previden- ciários	Demai s despes as variáv eis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	14.199.971,66	0	2.777.298,04	676.769,76	522.826,84	800.843,03	5.268,96	0,00	63.809,75	19.046.788,04
	2010	16.129.283,21	0	2.768.636,23	572.969,06	551.116,06	478.486,03	80.894,49	1.775,06	78.554,63	20.661.714,77
	2009	15.750.016,97	0	2.785.979,12	639.562,51	248.755,78	365.119,88	76.080,77	0,00	68.330,43	19.933.845,46
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	19.669,82	0,00	0,00	0,00	304,00	452,00	0,00	0,00	0,00	20.425,82
	2010	236.397,84	0,00	29.549,73	6.566,60	3.648,00	1.808,00	1.444,64	0,00	1.444,64	279.414,81
	2009	231.502,89	0,00	39.399,64	13.133,20	1.512,00	0,00	124,36	0,00	124,36	285.672,09
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	919.174,32	74.802,24	94.994,60	46.726,80	17.034,00	58.003,54	0,00	0,00	14.113,40	1.224.848,90
	2010	919.174,32	73.532,80	114.873,14	21.509,66	18.466,00	19.377,70	0,00	0,00	2.808,41	1.166.933,62
	2009	918.023,58	70.372,75	132.379,31	40.652,58	9.922,00	8.517,16	0,00	0,00	0,00	1.179.867,38
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	3.231.716,63	60.694,19	455.890,21	124.638,19	75.521,88	74.052,76	1.465,1	0,00	5.920,20	4.029.899,16
	2010	3.262.781,28	61.746,99	469.898,83	104.751,95	75.665,20	73.329,65	7.247,05	0,00	5.920,20	4.055.420,95
	2009	2.901.142,01	59.599,23	421.820,64	97.029,16	33.504,25	48.231,73	3.589,96	0,00	3.448,8	3.564.916,98

Fonte: SIAPE

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Não há	0	0	0	0	0
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Não há nesta Unidade Jurisdicionada terceirização de atividades do plano de cargos do órgão					

Fonte: Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/AL

QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
Não há	Não há	Não há
Não há	Não há	Não há
Não há	Não há	Não há

Fonte:

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

QUADRO A.5.11 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
Não há	Não há	Não há	Não há
Não há	Não há	Não há	Não há
Não há	Não há	Não há	Não há

Fonte:

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal em Alagoas													
UG/Gestão: 200358						CNPJ: 00.394.494/0020-07							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natu-reza	Identifi-cação do Con-trato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das ati-vidades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	06/2009	09.198.704/0001-95	31/8/2010	30/8/2011		10		4			P
2009	L	O	08/2009	09.198.704/0001-95	18/9/2010	17/9/2011		1					P
2010	V	O	10/2010	01.873.815/0001-48	1/11/2010	31/10/2011				18			A

Observações:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Gestão de Contratos SR/DPF/AL

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal em Alagoas													
UG/Gestão: 200358							CNPJ: 00.394.494/0020-07						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	3	O	09/2009	63.363.725/0001-64	21/9/2010	20/9/2011				1			E
2011	3	O	14/2011	40.911.117/0001-41	27/9/2011	27/9/2012				1			A
2010	6	O	08/2010	04.271.959/0001-12	9/8/2010	9/8/2011			7	7	0	1	A
2010	2	O	11/2010	02.681.698/0001-83	13/9/2010	13/9/2011	1	1	1	1	1	1	E
2011	2	O	13/2011	09.165068/0001-03	20/9/2011	20/9/2012	1	1	1	1	1	1	A
2010	2	O	13/2010	10.569.615/0001-97	1/12/2010	1/12/2011	1	1	2	2	1	1	E
2011	2	O	18/2011	01.598.751/0001-14	9/12/2011	9/12/2012	1	1	2	2	1	1	A
Observações:													
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis 11. Manutenção de bens imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 14. Outras <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: Gestão de Contratos SR/DPF/AL

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Não se aplica à unidade. Tendo em vista que, por ser uma unidade descentralizada, não possui autonomia administrativa para a definição de políticas de recursos humanos. A competência para a definição dos Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos é da Diretoria de Gestão de Pessoal, órgão central de recursos humanos do DPF, em Brasília/DF.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 – TRANSFERÊNCIAS.

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional do Departamento de Polícia federal em Alagoas									
CNPJ: 00.394.494/0020-07					UG/GESTÃO: 200358/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
Convênio	01/2009	00.352.294/0020-83	R\$ 9.999,96	Não há.	5.268,61	10.145,66	22/03/10	22/03/12	

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Gestão de Contratos/SELOG/SR/DPF/AL

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência Regional do Departamento de Polícia federal em Alagoas					
CNPJ:	00.394.494/0020-07					
UG/GESTÃO:	200358/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	-	1	-	5.268,61	4.877,05	0,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	1	-	5.268,61	4.877,05	0,00

Fonte: Gestão de Contratos/SELOG/SR/DPF/AL

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2012 e seguintes

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do Departamento de Polícia federal em Alagoas					
CNPJ: 00.394.494/0020-07			UG/GESTÃO: 200358/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	1	R\$ 9.999,96 ¹	R\$ 10.145,66	R\$ 5.500,00 ²	Não se aplica
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	1	R\$ 9.999,96 ¹	R\$ 10.145,66	R\$ 5.500,00 ²	Não se aplica

Fonte: Gestão de Contratos/SELOG/SR/DPF/AL

¹ Valor estimado para cada 12 meses de execução.

² Valor estimado com base no histórico do exercício anterior.

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

Não se aplica à unidade, pois o único convênio vigente na UJ é referente a cessão de área utilizada pelo DPF no Aeroporto Zumbi do Palmares, não estando previsto no ajuste nenhuma obrigação para as partes referente a prestação de contas.

Por essa razão, o preenchimento dos Quadros A.6.4, A.6.5 não estão sendo apresentados neste relatório.

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$ 1,00

Não se aplica a esta unidade. Por esse motivo não está sendo apresentado o Quadro A.6.4.

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

Não se aplica a esta unidade. Por esse motivo não está sendo apresentado o Quadro A.6.5.

6.3 Análise Crítica

Em 2011, a INFRAERO promoveu gestões junto à SR/DPF/AL, visando a redução da área utilizada no Aeroporto Zumbi do Palmares.

Não foram evidenciadas quaisquer pendências oriundas do convênio vigente em 2011.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

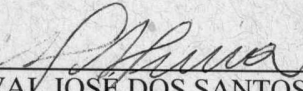
7.1 Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.7.1 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, DORIVAL JOSÉ DOS SANTOS SILVA, CPF 729.679.784-34, Agente Administrativo, exercido na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Alagoas declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade (200358 e 200359) estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Maceió/AL, 21/03/2012.


DORIVAL JOSÉ DOS SANTOS SILVA
CPF 729.679.784-34
Agente Administrativo-SR/DPF/AL

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 – ENTREGA E TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	24
	Entregaram a DBR	0	0	24
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Setor de Recursos Humanos – SRH/SR/DPF/AL

MINISTÉRIO DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS
SETOR DE RECURSOS HUMANOS

DECLARAÇÃO

Declaro, para em cumprimento ao previsto no art. 4º da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, que os servidores responsáveis pelas unidades constantes no Rol de Responsáveis do Departamento de Polícia Federal, estão em dia com a apresentação da Declaração de Bens e Rendias relativa ao exercício 2011, ano base 2010, na forma da Lei nº 8.730/93.

Maceió/AL, 27 de março de 2011.



LIDIANE DA CRUZ BARROS
Chefe do Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/AL

8.2 Análise Crítica

Como apontado no quadro A.8.1, os titulares das 20 funções gratificadas (FG) e ocupantes dos cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) desta Unidade Jurisdicionada cumpriram a obrigação imposta pela Lei nº 8.730/93.

As Declarações de Bens e Rendas, bem como os formulários de Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda de Pessoa Física são recepcionadas pelo Setor de Recursos Humanos e arquivadas na pasta de documentos do servidor, as quais ficam à disposição dos órgãos de fiscalização. As DBR's são recebidas em papel porque o órgão não utiliza a sistemática de autorização eletrônica.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 – CONTROLE INTERNO.

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	X				
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: A UJ está promovendo gestões visando a implantação de uma Unidade de Controle Interno – UCI – no ano de 2012, nos termos da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 043/2010-DG/DPF, de 23 de dezembro de 2010.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Os previsto na IN nº 01/2012 e compatíveis com os respectivos objetos contratados.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	Papel reciclado				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Ver informações na nota 01.				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					X
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Ver informações na nota 02.				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

- Notas: 01 - Redução de luminárias nos postes que possuíam três; Reaperto dos disjuntores e conectores de cabos de energia elétrica; Alternância de calhas com lâmpadas acesas e apagadas nas áreas de circulação do prédio, mantendo-se calhas iluminadas na áreas que contêm estações de trabalho; Intensificação da manutenção preventiva em todo o sistema elétrico do ar condicionado central, tendo em vista que esse sistema é responsável por 45% a 50% do consumo de energia elétrica desta unidade; Exigência de selo PROCEL nas aquisições de aparelhos de ar condicionado *split*, para compor o plano de contingenciamento térmico da unidade; Monitoramento do consumo de energia elétrica visando não permitir a ultrapassagem da demanda contratada. O contrato com a fornecedora de energia elétrica impõe um limite em que, uma vez ultrapassado, a unidade do Kwh passa a ter um custo maior;
- 02 - Em conformidade com a política de Neutralização de Carbono do Departamento de Polícia Federal, a Superintendência Regional deste órgão no Estado de Alagoas realizou no dia 27 de abril de 2011, na Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Placas, localizada na Zona Rural s/nº, Paripueira-AL, às 09 horas, o terceiro plantio de mudas de árvores de espécies nativas da Mata Atlântica. Para a Superintendência de Alagoas, foi calculado o quantitativo de 550 mudas para a compensação de todos os gases emitidos no ano de 2010 pela unidade, porém será realizado o plantio de 1.000 mudas. Neste cálculo, foram computadas todas as formas de emissão envolvidas em cada atividade da unidade, desde os gases emitidos para a produção do papel utilizado na confecção de inquérito policial até o emitido pela queima de combustíveis pelas viaturas. Nos anos 2009 e 2010 foi realizado o plantio de mais de 1.500 mudas relativas às emissões dos anos de 2008 e 2009.

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF AL	02	02
	Maceió	02	02
Total Brasil		02	02

Fonte: SPIUNET

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

Não se aplica a esta unidade. Não houve locação de imóveis de terceiros.

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200358	278500257500-5	Entrega – Adm. Federal Direta	bom	N/D	31/07/2000	300.032,87	0,00	0,00
200358	278500237.500-6	Entrega – Adm. Federal Direta	bom	N/D	31/07/2000	400.227,60	R\$ 20.200,98	0,00
Total							R\$ 20.200,98	0,00

Fonte: SPIUNET

Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

O prédio sede da Superintendência Regional do DPF em Alagoas, apesar das incessantes tentativas junto à Secretaria Municipal de Finanças de Maceió/AL, encontra-se desprovido de habite-se. Tal fato é resultante de uma dívida tributária que está sendo discutida no âmbito administrativo da referida Secretaria. Serão empreendidos esforços durante o exercício de 2012 visando solucionar referido problema.

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

Não se aplica a esta unidade. Conforme orientação do DPF em Brasília/DF, veiculada por meio de vídeo-conferência realizada no dia 21/03/2012, a política de Tecnologia da Informação – TI – está centralizada na sede do departamento.

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Não se aplica.

13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 – UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO.

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

13.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	200359		Limite de Utilização da UG		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual (1)	Valor		Total
			Saque	Fatura	
EMERSON CLEMENTE DOS SANTOS (2)	023.702.454-33	8.000,00	2.133,10	7.531,12	9.664,22
DANIELLE GUEDES SOUZA	030.650.784-65	8.000,00	0,00	110,98	110,98
JOSÉ BARBOSA PERDIGÃO FILHO	129.413.364-00	8.000,00	922,15	1.918,31	2.840,46
GREGSON AFONSO LOPES CHERVENSKI	889.407.640-72	8.000,00	730,00	224,90	954,90
SR/DPF/AL	CARÁTER SIGILOSO	32.000,00	18.026,50	7.866,75	25.893,25
Total utilizado pela UG			21.811,75	17.652,06	39.463,81
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
Total utilizado pela UG			-	-	-
Total utilizado pela UJ			21.811,75	17.652,06	39.463,81

Fonte: SELOG/SR/DPF/AL

Notas: (1) Para cada concessão.

(2) O Suprido recebeu dois adiantamentos.

Por razões de sigilo não estão sendo apresentados os nomes dos portadores dos Suprimentos de Fundos de caráter sigiloso (verba secreta). Porém, estão sendo apresentados os totais utilizados pela unidade.

13.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativos da unidade

QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade (1)	(b) Valor	(a+b)
2011	46	21.811,75	26	17.652,12	39.463,87
2010	51	22.149,80	32	33.154,44	55.304,24
2009	72	22.825,57	44	40.220,84	63.046,41

Fonte: SELOG/SR/DPF/AL (SIAFI – contas 199962401, 1999624002 e 212680100)

Nota: (1) Quantidade de faturas pagas no exercício.

14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010- RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.

Não se aplica a esta unidade. Esta unidade não realiza renúncia de receita.

14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

QUADRO A.14.1 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ

Não se aplica a esta unidade.

14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

QUADRO A.14.2 - VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA

Não se aplica a esta unidade.

14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

QUADRO A.14.3 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS

Não se aplica a esta unidade

QUADRO A.14.4 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS

Não se aplica a esta unidade

14.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica

QUADRO A.14.5 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS

Não se aplica a esta unidade

QUADRO A.14.6 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS

Não se aplica a esta unidade

14.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

QUADRO A.14.7 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DA RENÚNCIA DE RECEITA PELA PRÓPRIA UJ

Não se aplica a esta unidade

14.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

QUADRO A.14.8 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS

Não se aplica a esta unidade

14.7 Comunicações à RFB

QUADRO A.14.9 - COMUNICAÇÕES À RFB

Não se aplica a esta unidade

14.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

QUADRO A.14.10 - INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS

Não se aplica a esta unidade

14.9 Declaração

Não se aplica a esta unidade

14.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

QUADRO A.14.11 - AÇÕES DA RFB

Não se aplica a esta unidade

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU.

Não ocorreram deliberações do TCU a serem atendidas no exercício de 2011. Por este motivo não estão sendo apresentados os subitens 15.1 e 15.2, bem como os quadros A.15.1 e A.15.2.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Não se aplica a esta unidade

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Não se aplica a esta unidade

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Alagoas			1150
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201108867 – 2ª Parte	1	Ofício nº 18334/2011/CGU-Regional/AL
02	201108867 – 2ª Parte	4	Ofício nº 18334/2011/CGU-Regional/AL
03	201108867 – 2ª Parte	6	Ofício nº 18334/2011/CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Alagoas			1150
Descrição da Recomendação:			
01 – Promover capacitação dos servidores quanto aos critérios ambientais nas licitações, especificamente, as introduzidas pela IN nº 01/2010-SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, a fim de possibilitar a inserção desses critérios nas licitações a serem realizadas pela UJ.			
02 – Providenciar a atualização da avaliação dos bens imóveis de uso especial da União que estão sob a responsabilidade da Unidade, em conformidade com o item 4.6.2 da Orientação Normativa GEADE-004/2003.			
03 – Ausência de reembolso referente à cessão de servidor concedida com ônus para o cessionário. Nos termos do art. 4º do Decreto 4050/2001, diligenciar ao cessionário solicitando o ressarcimento devido e cientificando-o que o seu inadimplemento implica no término da cessão.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Alagoas			1150
Síntese da providência adotada:			
01 – Foram adotadas providências no tocante à capacitação de dois (02) servidores na área de aquisições com observância aos critérios ambientais. Todavia, o único curso realizado não supriu a carência de capacitação.			
02 – Foi providenciada junto à SPU a avaliação dos imóveis pertencentes ao DPF (Ofício nº 3578/2011-SELOG/SR/DPF/AL, de 20/06/2011). Todavia, para dar prosseguimento ao pedido de avaliação, a SPU solicitou as áreas construídas dos dois imóveis e o “Habite-se” do imóvel onde funciona a sede da Polícia Federal em Alagoas (Ofício nº 836/2011-SPU/AL, de 02/08/2011). Foram promovidas várias ações visando solucionar o problema.			
03 – Atendida parcialmente. A cessão do servidor José Washington Luiz Santos terminou em fevereiro 2011, mas o SRH (Setor de Recursos Humanos) promoveu várias ações para que o ressarcimento fosse efetuado. Foi feito contato com a Secretaria de Defesa Social do Estado de Alagoas e iniciou-se um processo de revisão dos valores a serem ressarcidos, com previsão de conclusão no início de 2012.			
Síntese dos resultados obtidos			
Quanto à recomendação nº 01, não se obteve resultados satisfatórios uma vez que o único curso realizado não supriu a carência de capacitação.			
Quanto à recomendação nº 02, não se obteve resultado satisfatório nas ações empreendidas por esta unidade. Houve morosidade em se obter respostas junto à Secretaria de Finanças do município de Maceió.			
Quanto à recomendação nº 03, foi feito contato com a Secretaria de Defesa Social do Estado de Alagoas e iniciou-se um processo de revisão dos valores a serem ressarcidos, com previsão de conclusão no início de 2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Quanto à recomendação nº 01, encontrou-se dificuldades em se identificar cursos específicos para atendimento da necessidade.			
Quanto à recomendação nº 02, há um grau de dificuldade muito grande para solucionar o problema. Vários contatos foram realizados junto à Secretaria de Finanças do Município de Maceió sem solução para o problema até o final de 2011. Existem várias cobranças de débitos por parte do município que, inclusive, já impetrou ação judicial junto ao Tribunal de Justiça do estado de Alagoas. Há previsão de decisão para referida ação no início de 2012.			
Quanto à recomendação nº 03: a) Após contatos com a Secretaria de Defesa Social do Estado de Alagoas, decidiu-se pelo retorno do servidor a esta unidade; b) Para a revisão dos cálculos a serem ressarcidos, esta unidade recebeu apoio da área de recursos humanos de Brasília/DF.			

Fontes: SELOG/SR/DPF/AL e SRH/SR/DPF/AL.

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Alagoas			1150
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201108867 – 2ª Parte	1	Ofício nº 18334/2011/CGU-Regional/AL
02	201108867 – 2ª Parte	4	Ofício nº 18334/2011/CGU-Regional/AL
03	201108867 – 2ª Parte	6	Ofício nº 18334/2011/CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Alagoas			1150
Descrição da Recomendação:			
01 – Promover capacitação dos servidores quanto aos critérios ambientais nas licitações, especificamente, as introduzidas pela IN nº 01/2010-SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, a fim de possibilitar a inserção desses critérios nas licitações a serem realizadas pela UJ.			
02 – Providenciar a atualização da avaliação dos bens imóveis de uso especial da União que estão sob a responsabilidade da Unidade, em conformidade com o item 4.6.2 da Orientação Normativa GEADE-004/2003.			
03 – Ausência de reembolso referente à cessão de servidor concedida com ônus para o cessionário. Nos termos do art. 4º do Decreto 4050/2001, diligenciar ao cessionário solicitando o ressarcimento devido e cientificando-o que o seu inadimplemento implica no término da cessão.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Alagoas			1150
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Quanto à recomendação nº 01: a) Realização de curso que não atendeu as necessidades para suprir a carência de capacitação, em função do conteúdo ministrado ter sido insuficiente; b), encontrou-se dificuldades em se identificar cursos específicos para atendimento da necessidade. Quanto à recomendação nº 02: a) Houve morosidade em se obter respostas junto à Secretaria de Finanças do município de Maceió; b) Aguardando decisão judicial quanto à ação impetrada pelo município de Maceió. Quanto à recomendação nº 03: a) Necessidade de revisão dos valores a serem ressarcidos em face de questionamentos por parte da Secretaria de Defesa Social sobre o valor da remuneração do servidor de dezembro/2010.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Quanto à recomendação nº 01: Os servidores ainda não se encontram devidamente capacitados. A unidade buscará em 2012 uma melhoria no processo de capacitação. Quanto à recomendação nº 02: Pouco se pode fazer em face da morosidade em se obter respostas junto à Secretaria de Finanças do município de Maceió, bem como porque ainda havia decisão judicial para a ação impetrada. Quanto à recomendação nº 03: O fator negativo foi a revisão dos valores a serem ressarcidos, o que demandou análises de todos os repasses realizados desde o início da cessão do servidor. A conclusão dessa revisão está prevista para o início de 2012, momento em que será realizada a cobrança ao estado de Alagoas.			

Fontes: SELOG/SR/DPF/AL e SRH/SR/DPF/AL.

16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 – TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.

Não se aplica a esta unidade. Não há Unidade de Controle Interno (UCI) instalada na UJ.

16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

Não se aplica a esta unidade

16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

QUADRO A.16.2 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DE UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA PENDENTE DE ATENDIMENTO NO FINAL DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Não se aplica a esta unidade

**PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 –
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**

17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.


Não se aplica a esta unidade. De acordo com a estrutura do relatório apresentada na Portaria TCU nº 123/2011, a Declaração do Contador está sendo apresentada no Quadro B.1.2.

QUADRO B.1.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS SERVIÇO DE CONTABILIDADE		 COF/DPF FL. Nº _____ RUB. _____
DECLARAÇÃO DO CONTADOR DECLARAÇÃO COM RESSALVA		 POLÍCIA FEDERAL Fis. 41 SR/DPFIAL
Denominação Completa (UJ): SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE AL – SR/AL/DPF	Código da UG: 200358 - 200359	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, em relação à UG 200358, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>		
Brasília/DF	Data: 13/02/2012	
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES 	CRC nº DF-12534/O-8	

18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

18.1 Análise Crítica das Demonstrações Contábeis da Administração Pública Federal Direta


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SIAPRO
SERA/COAD
08200.002926/2012-37





Memorando nº 53/2012 – SECONT/COF/DLOG/DPF

Em 13 de fevereiro de 2012

Ao Senhor Ordenador de Despesas

Assunto: **Declaração do Contador Responsável**



1. Encaminho a Vossa Senhoria a declaração do contador responsável pelas Unidades Gestoras 200358 e 200359 – Superintendência no Estado de Alagoas – SR/AL/DPF, sobre as informações contábeis constantes do SIAFI.
2. A declaração foi emitida em consonância com a portaria TCU nº 123/2011 e deve subsidiar o preenchimento de demonstrativos do Relatório de Gestão, conforme orienta a referida norma.
3. Essa declaração substitui a apresentação das Demonstrações Contábeis, já que apresenta a situação das informações contábeis da Unidade Gestora.

Respeitosamente,


GLADSTON GUIMARÃES NAVES
Chefe do Serviço de Contabilidade

SAS Quadra 6, lotes 9/10 CEP 70.037-900 - Ed. Sede Departamento de Polícia Federal
Fone (011) 2104-8657 – FAX (011) 2024.8556 - Brasília – Distrito Federal - Brasil

Conforme pode ser observado no documento acima apresentado, a Declaração do Contador “substitui a apresentação das Demonstrações Contábeis, já que apresenta a situação das informações contábeis da Unidade Gestora”.

Dessa forma, todos os demonstrativos contábeis relacionados a este item não estão sendo apresentados neste relatório.

É o relatório.

Maceió/AL, 29/03/2011

JOÃO BATISTA ESTANISLAU
Delegado de Polícia Federal
Classe Especial – Mat. 8.202
Superintendente Regional de Alagoas em exercício